

# GUIA PRÁTICO

## SUBSÍDIO SOCIAL POR INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Guia Prático Subsídio Social por Interrupção da Gravidez  
(3022 – v1.06)

### **PROPRIEDADE**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **AUTOR**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **PAGINAÇÃO**

Gabinete de Comunicação

### **CONTACTOS**



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), consulte a Segurança Social Directa.

### **DATA DE PUBLICAÇÃO**

Janeiro de 2011

## ÍNDICE

A – O que é? .....	4
B – Posso pedir? B1 – Quem tem direito?.....	4
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber? .....	6
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar? .....	7
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?.....	8
D2 – Como posso receber? .....	8
D3 – Quais as minhas obrigações? .....	9
D4 – Porque razões termina? .....	10
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável.....	10
E2 – Glossário .....	11
Perguntas Frequentes .....	12

<b>A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.</b>
--

## A – O que é?

É um apoio em dinheiro dado à mulher, nas situações de interrupção de gravidez, durante 14 a 30 dias, de acordo com indicação médica, quando não cumpra as condições para ter direito ao Subsídio por Interrupção da Gravidez.

## B – Posso pedir? B1 – Quem tem direito?

### Quem tem direito a este subsídio

### Quais as condições necessárias para ter acesso a este subsídio

### Condição específica para acesso ao Subsídio Social por interrupção da gravidez

### Quais os rendimentos que são considerados?

### **Quem tem direito a este subsídio**

- Mulheres que trabalhem e estejam abrangidas por um regime de segurança social de enquadramento obrigatório ou pelo regime do seguro social voluntário e a quem tenha sido indeferido o subsídio por interrupção da gravidez.

### **Quais as condições necessárias para ter acesso a este subsídio**

- Ser residente em Portugal ou estar em situação *equiparada a residente*.
- Declaração médica com indicação do período de licença a seguir à interrupção da gravidez (entre 14 e 30 dias).
- Pedir o subsídio dentro do prazo, ou seja, nos 6 meses a contar do primeiro dia em que não trabalhou.
- Os rendimentos mensais por pessoa do agregado familiar do requerente não podem ser superiores a € 335,38, ou seja, 80% do indexante dos apoios sociais (IAS).

O rendimento mensal por pessoa do agregado familiar resulta da soma de todos os rendimentos mensais do agregado familiar do requerente a dividir pelos elementos do seu agregado familiar, considerando a seguinte ponderação por cada elemento:

<b><u>Pelo Requerente</u></b>	<b>1</b>
Por cada indivíduo maior:	<b>0,7</b>
Por cada indivíduo menor	<b>0,5</b>

**Exemplo:** Um agregado familiar constituído por pai, mãe e dois filhos menores em que a mãe requer o subsídio social por interrupção da gravidez. Os rendimentos do agregado familiar correspondem apenas ao salário auferido pelo pai, no valor de 1000 euros mensais. Assim, aplicando a escala de equivalência:

requerente (mãe)	= 1
pai	= 0,7
um filho	= 0,5
um filho	= <u>0,5</u>
	<u>2,7</u>

O rendimento por pessoa do agregado familiar, ponderado de acordo com a escala de equivalência, é:  $1000:2,7=370,37$ .

A beneficiária não tem direito ao subsídio social por interrupção da gravidez porque o rendimento mensal do seu agregado familiar (370,37 euros) é superior a 335,38 euros (80% do IAS).

### **Condição específica para acesso ao Subsídio Social por Interrupção da Gravidez**

Apenas têm acesso ao Subsídio Social por interrupção da gravidez os requerentes que, isoladamente ou em conjunto com outros elementos do agregado familiar, tenham um, património mobiliário (depósitos bancários, acções, certificados de aforro ou outros activos financeiros) que não ultrapasse € 100.612,80 no ano de 2010 (240 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais) – **Para uma informação mais detalhada sobre a condição de recursos, consultar o Guião 8000 – Condição de Recursos.**

### **Quais os rendimentos que são considerados?**

1 - São considerados no apuramento do **rendimento mensal** do agregado familiar, as seguintes categorias de rendimentos:

- Rendimentos de trabalho dependente;
- Rendimentos de trabalho independente (empresariais e profissionais);
- Rendimentos de capitais (ver ponto 3);
- Rendimentos prediais (ver ponto 4);
- Pensões (incluindo as pensões de alimentos);
- Prestações Sociais\* (todas excepto as prestações por encargos familiares, por deficiência e por dependência);
- Bolsas de estudo e de formação (excepto o subsídio de alimentação, transporte e alojamento);
- Subsídios de renda de casa ou outros apoios públicos à habitação, com carácter regular.

**Nota:** \* São consideradas prestações sociais os montantes atribuídos pelas escolas aos alunos pertencentes ao 1º escalão.

2 - No caso do agregado familiar residir em habitação social, é somado ao rendimento mensal do agregado familiar o valor de € 15,45 correspondente a um terço do apoio público à habitação.

3- Se os elementos do agregado familiar tiverem património mobiliário (depósitos bancários, acções, certificados de aforro ou outros activos financeiros), considera-se como rendimentos de capitais 1/12 do maior dos seguintes valores:

- i) O valor dos rendimentos de capitais auferidos (juros de depósitos bancários, dividendos de acções ou rendimentos de outros activos financeiros);
- ii) 5% do valor total do património mobiliário, em 31 de Dezembro do ano anterior (créditos depositados em contas bancárias, acções, certificados de aforro ou outros activos financeiros).

4 - Se os elementos do agregado familiar forem proprietários de imóveis, considera-se como rendimentos prediais, 1/12 resultante da soma dos seguintes valores:

- a) Habitação permanente (apenas se o valor patrimonial da habitação permanente for superior a 600 vezes o Indexante de Apoios Sociais, ou seja, € 251.532 no ano de 2010):
  - i) *5% da diferença entre o valor patrimonial da habitação permanente e € 251.532 (se a diferença for positiva).*
- b) Restantes imóveis, excluindo a habitação permanente. Deve considerar-se o maior dos seguintes valores:
  - i) *O valor das rendas efectivamente auferidas;*
  - ii) *5% do somatório do valor patrimonial de todos os imóveis (excluindo habitação permanente).*

## **B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?**

**Não pode acumular com...**

**Pode acumular com...**

**Não pode acumular com:**

- Rendimentos de trabalho
- Pensão de Invalidez
- Pensão de Velhice
- Subsídio de desemprego
- Subsídio de doença

**Pode acumular com:**

- Pensão de sobrevivência
- Pensões ou indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional.
- Rendimento social de inserção
- Complemento Solidário para Idosos

## **C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?**

### **Formulários obrigatórios**

### **Documentos necessários**

### **Onde se pede?**

### **Até quando se pode pedir?**

### **Formulários obrigatórios**

RP 5051- DGSS Requerimento de risco clínico durante a gravidez, interrupção da gravidez e riscos específicos.

MG 8 – DGSS- Declaração da Composição e rendimentos do Agregado Familiar.

**Nota:** É dispensada a apresentação do requerimento do subsídio social por interrupção da gravidez nas situações em que a certificação médica seja emitida pelos estabelecimentos ou serviços de saúde competentes do Serviço Nacional de Saúde, através de formulário próprio (baixa - CIT).

### **Documentos necessários**

- Declaração médica com indicação do período de licença a seguir à interrupção da gravidez (entre 14 e 30 dias).

### **Todas as situações**

- Documento da instituição bancária comprovativo do NIB, no caso de pretender que o pagamento seja efectuado por depósito em conta bancária e ainda não ter aderido a esta modalidade de pagamento.

**Nota:** Deverá apresentar outros documentos que os serviços de Segurança Social entendam necessários para aferir as condições de atribuição da prestação.

### **Onde se pede?**

- Segurança Social Directa (pode preencher o formulário e entregar a documentação digitalizada): <https://www.seg-social.pt/consultas/ssdirecta/>.
- Serviços de atendimento da Segurança Social,
- Por correio, para o centro distrital de segurança social da área da residência do beneficiário.

### **Até quando se pode pedir?**

No prazo de 6 meses a contar do primeiro dia em já não trabalhou.

## **D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?**

### **Quanto se recebe?**

### **Durante quanto tempo se recebe?**

### **A partir de quando se tem direito a receber?**

#### **Quanto se recebe?**

- € 11,18 por dia (igual a 80% de 1/30 do IAS)

#### **Durante quanto tempo se recebe?**

- Em caso de interrupção da gravidez, a mulher tem direito a uma licença entre 14 a 30 dias, consoante a recomendação do médico.

#### **A partir de quando se tem direito a receber?**

- A partir do primeiro dia em que não foi prestado trabalho, comprovado por certificação médica.

## **D2 – Como posso receber?**

Transferência bancária.

Cheque não à ordem

**Nota Importante:** A Segurança Social alterou o modo de pagamento dos subsídios sociais de carta-cheque para **cheque não à ordem**

#### **O cheque não à ordem:**

- Não pode ser endossado (passado ou transmitido) a terceiros (qualquer pessoa diferente do próprio beneficiário);
- Só pode ser levantado pelo próprio ou depositado numa conta do próprio.

**Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.**

O dinheiro entra directamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.

A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

### **Como aderir ao pagamento por transferência bancária**

- **Pela Internet, no serviço Segurança Social Directa:**
  - Aceda ao site da Segurança Social em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt);
  - **Clique** em: “Segurança Social Directa – Aceda aqui”
  - Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**;
  - No menu Serviços Disponíveis, **clique** em “**Alteração de NIB**”
  - Indique o seu **NIB**



- Preenchendo o modelo RP 5046–DGSS, disponível para impressão na Internet em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), “Formulários”, seleccionar “Pagamento de Prestações por Depósito em Conta Bancária”, **clicar** em “Ver” (link directo em [http://www.seg-social.pt/preview\\_formularios.asp?r=2233&m=PDF](http://www.seg-social.pt/preview_formularios.asp?r=2233&m=PDF) ) .
  1. Junte um dos seguintes documentos comprovativos do seu **NIB**
    - Declaração bancária onde conste o seu **NIB**;
    - Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária;
    - Fotocópia de um cheque em branco.
  2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido que tenha a sua assinatura (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte) para se verificar a autenticidade da assinatura.
  3. Envie o formulário e os documentos (NIB e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da Segurança Social da sua área de residência ou entregue-os directamente num dos Serviços de Atendimento ao público. Em [www.seg-social.pt/atendimentos](http://www.seg-social.pt/atendimentos), consulte o mapa da rede de serviços de atendimento público.
- **Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.**

### D3 – Quais as minhas obrigações?

- Tem de avisar a Segurança Social no prazo de **cinco dias úteis** se ocorrer algo que leve à cessação do subsídio.
- Nas situações em que os serviços de segurança social entendam ser necessário verificar os valores do património mobiliário declarados, podem exigir, em relação ao requerente ou a qualquer membro do seu agregado familiar, uma declaração de autorização para acesso à informação bancária ou, em alternativa, a apresentação dos documentos bancários que sejam considerados relevantes.

#### O que acontece se não cumprir

Se não for entregue a declaração de autorização ou os documentos solicitados no prazo fixado, o pedido de atribuição da prestação fica suspenso e há perda do direito ao valor das prestações até à data da entrega da declaração de autorização ou dos documentos bancários solicitados.

Se já estiver em curso o pagamento das prestações sociais quando for solicitada a declaração de autorização ou os documentos bancários e estes não forem apresentados no prazo fixado, as prestações são suspensas e há perda do direito às mesmas até à data de entrega da declaração de autorização ou dos documentos bancários solicitados.

#### D4 – Porque razões termina?

##### O pagamento do subsídio social por interrupção da gravidez é interrompido se...

##### O pagamento do subsídio social por interrupção da gravidez termina se...

##### **O pagamento do subsídio social por interrupção da gravidez é interrompido se...**

- A beneficiária for trabalhar
- Não entregar a declaração de autorização para acesso a informação bancária de qualquer elemento do agregado familiar, no prazo que lhe for concedido e perde o direito à prestação até entregar a referida declaração.

##### **O pagamento do subsídio social por interrupção da gravidez termina se...**

- Houver fraude.
- A beneficiária trabalhar enquanto estiver a receber o subsídio.
- A beneficiária morrer (o subsídio termina no dia seguinte).
- Deixar de cumprir a Condição de Recursos para atribuição das Prestações Sociais. (Para **uma informação mais detalhada sobre a condição de recursos, consultar o Guião 8000 – Condição de Recursos**).
- Prestar falsas declarações quanto aos elementos necessários para determinar a condição de recursos.

Como penalização, **não poderá receber durante 24 meses (dois anos)**, a contar da data a partir da qual foi detectada esta situação pelos serviços da Segurança Social, **qualquer prestação social** sujeita a condição de recursos (não só aquela em que prestou falsas declarações, ou seja, o Subsídio Social por Interrupção da Gravidez, mas também os restantes subsídios sociais no âmbito da parentalidade, o Rendimento Social de Inserção, as Prestações por Encargos Familiares e Subsídio Social de Desemprego).

**Atenção:** A prestação de **falsas declarações** sobre os elementos necessários para determinar a condição de recursos (agregado familiar e respectivos rendimentos) para acesso ao subsídio social por interrupção da gravidez e **ainda que este não seja atribuído**, determina a impossibilidade de acesso, **durante dois anos**, a qualquer das seguintes prestações: subsídios sociais no âmbito da parentalidade, subsídio social de desemprego, rendimento social de inserção e prestações por encargos familiares.

#### E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

##### **Portaria n.º 598/2010, de 2 Agosto**

Aprova os modelos de declaração da composição e rendimentos do agregado familiar.

**Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho** - Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade.

**Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril**

Estabelece o regime jurídico de protecção social na parentalidade.

**Portaria n.º 1514/2008, de 24 de Dezembro**

Fixa o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

**Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro**

Cria o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), regula a sua actualização bem como a das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

## **E2 – Glossário**

### ***Conceito de Agregado familiar***

**São considerados elementos do agregado familiar, as pessoas que vivam em economia comum e que tenham entre si os seguintes laços:**

- Cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto há mais de dois anos.
- Parentes e afins maiores em linha recta e em linha colateral, até ao 3º grau: Pais; Sogros; Padrasto, Madrasta, Filhos, Enteados, Genro, Nora, Avós, Netos, Irmãos, Cunhados, Tios, Sobrinhos, Bisavós, Bisnetos.
- Parentes e afins menores em linha recta e linha colateral (não têm limite de grau de parentesco).
- Adoptados restritamente e os menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar.

**Nota:** O conceito de agregado familiar para a verificação da condição de recursos é o aproximado ao conceito de agregado familiar doméstico (as pessoas que vivem na mesma casa) e com alguma relação de parentesco. No entanto, existem excepções. Não são consideradas como fazendo parte de um agregado familiar pessoas que:

- Tenham um vínculo contratual (por exemplo, hospedagem ou aluguer de parte de casa)
- Estejam a trabalhar para alguém do agregado familiar
- Estejam em casa por um curto período de tempo
- Se encontrem no agregado familiar contra a sua vontade por motivo de situação de coacção física ou psicológica

### ***Pessoas equiparadas a residentes***

**São considerados equiparados a residentes:**

- Refugiados e apátridas portadores de título de protecção temporária válido.

- Estrangeiros portadores de título válido de autorização de residência ou de prorrogação de permanência

## Perguntas Frequentes

**1. Os valores que recebo da Segurança Social a título de subsídio por interrupção da gravidez devem ser declarados para efeitos de IRS?**

R: Não, não necessita de declarar, para efeito de IRS, os valores recebidos por interrupção da gravidez.